



COPEL
Companhia Paranaense de Energia

Jandaíra II Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 35.824.347/0001-33

Empresa controlada pela Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Orleans - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

E

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2020

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balço Patrimonial.....	5
Demonstração de Resultados.....	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1 Contexto Operacional.....	9
2 Base de Preparação.....	10
3 Principais Políticas Contábeis	11
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	15
5 Imobilizado.....	15
6 Partes Relacionadas	16
7 Fornecedores e Outras contas a pagar	16
8 Outras obrigações fiscais	16
9 Patrimônio Líquido	16
10 Custos e Despesas operacionais	17
11 Instrumentos Financeiros	17
12 Seguros.....	18
13 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	18
14 Eventos subsequentes.....	19
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	20
PARECER DO CONSELHO FISCAL	23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AS ACIONISTAS

A administração da Jandaíra II Energias Renováveis S.A., Sociedade de Propósito Específico - SPE, controlada da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2020, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição das acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Jandaíra II Energias Renováveis S.A. (Jandaíra II), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.824.347/0001-33, com endereço na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Orleans – Curitiba (PR) - CEP 81200-240, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como Companhia, em 05.12.2019.

A Jandaíra II destina-se a desenvolver, implementar e explorar empreendimento de energia renovável localizado nos municípios de Jandaíra e Pedra Preta, Estado do Rio Grande do Norte, bem como sua conexão com o sistema elétrico e comercialização da energia gerada.

Em 18.10.19 a Companhia vendeu energia eólica no 30º Leilão de Energia Nova (A-6). Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 4,1 MW médios pelo preço de R\$ 98,00/MWh, atualizado pela variação do IPCA, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025. O montante de energia vendida representa 30% da garantia física, sendo que o restante da energia foi comercializada através de contratos no ambiente livre.

Após a emissão das licenças ambientais as obras tiveram seu início no mês de janeiro de 2021, sendo que a entrada em operação está prevista para ocorrer em maio de 2022.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia vendida no ACR (MW médios)	Início de Suprimento	Preço (R\$/MWh)*	Previsão de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Jandaíra II	24,3	13,5	4,1	01.01.2025	101,07	01.05.2022	02.04.2055

* Preço atualizado até dezembro/2020

Por fim registramos nossos agradecimentos aos acionistas, conselheiros, colaboradores e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 12 de abril de 2021

André Luiz Balestero

Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Membros CRISTINA KAKAWA
ITAMAR PINTO PAZ
JUARES RIBAS TEIXEIRA JUNIOR
MARCIO LUIZ BLOOT
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
THAIS CERCAL DALMINA LOSSO

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO
EDSON JOSÉ MARCOLIN
LUIZ HENRIQUE DE MELLO
NILBERTO LANGE JUNIOR

Membros Suplentes ALFONSO SCHMITT
ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
ANGELA BEATRIZ ALCAIDE
DARIO JACKSON SCHULTZ
LILIAN RENATA DE ANDRADE

DIRETORIA

Diretor Executivo ANDRÉ LUIZ BALESTERO
Diretor Administrativo-Financeiro EOMAR ANTONIO CONCATO

CONTADOR

CRC-PR-043819/0-O RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço Patrimonial

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	1
Despesas antecipadas		2	-
		8	1
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	11.773	-
		11.773	-
TOTAL DO ATIVO		11.781	1

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

PASSIVO	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas		9	-
Partes relacionadas	6	62	-
Fornecedores	7	124	-
Outras obrigações fiscais	8	14	-
Outras contas a pagar	7	18	-
		227	-
NÃO CIRCULANTE			
		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	9.1	11.636	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.2	265	-
Prejuízos acumulados		(347)	-
		11.554	1
TOTAL DO PASSIVO		11.781	1

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	-
Custos Operacionais			
Serviços de terceiros	10	(12)	-
Outros custos e despesas operacionais		(9)	-
		(21)	-
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(21)	-
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(326)	-
		(326)	-
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(347)	-
PREJUÍZO OPERACIONAL		(347)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(347)	-

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(347)	-
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(347)	-

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019		-	-	-	-
Integralização de capital		1	-	-	1
Lucro		-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		1	-	-	1
Aumento de capital		11.635	(11.635)	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	11.900	-	11.900
Prejuízo do exercício		-	-	(347)	(347)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		11.636	265	(347)	11.554

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(347)	-
Redução (aumento) dos ativos			
Despesas antecipadas		(2)	-
		(2)	-
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		9	-
Partes relacionadas	6	62	-
Fornecedores	7	26	-
Outras obrigações fiscais	8	14	-
Outras contas a pagar	7	18	-
		129	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(220)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado		(11.675)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(11.675)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		11.900	-
Aumento de capital		-	1
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		11.900	1
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5	1
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	6	1
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5	1

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A Jandaíra II Energias Renováveis S.A. (Jandaíra II), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.824.347/0001-33, com endereço na Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Orleans- Curitiba - PR, CEP 81.200-240, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como Companhia, em 05.12.2019. Tem como objeto social a exploração de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica Central Geradora Eólica - CGE Jandaíra II, localizado nos municípios de Jandaíra e Pedra Preta, Estado do Rio Grande do Norte. Será constituída de sete unidades geradoras de 3,465 MW, com previsão de 24,3 MW de capacidade instalada e 13,5 MW médios de garantia física de energia.

A autorização de exploração foi concedida por meio da Portaria MME nº 141, de 30 de março de 2020, juntamente com enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e aprovação como prioritário.

A Companhia vendeu energia eólica no 30º Leilão de Energia Nova (A-6). Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 4,1 MW médios pelo preço de R\$ 98,00/MWh, atualizado pela variação do IPCA, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025. O montante de energia vendida representa 30% da garantia física, sendo que o restante da energia foi comercializada através de contratos no ambiente livre.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de seu parque eólico e a entrada em operação comercial está prevista para 1º.05.2022. O sucesso das operações futuras depende de atingimento das projeções de resultado da Administração e, principalmente, pela obtenção de financiamento e/ou apoio financeiro dos acionistas para a conclusão do empreendimento.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

A partir de março de 2020, após a atribuição do status de pandemia ao coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira. Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Adicionalmente, a Administração, de forma diligente, continua acompanhando os prazos da obra em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento, não ocorreram atrasos significativos na obra em andamento de Jandaíra II.

Deste modo, não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2020 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Jandaíra II está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 12.04.2021.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 5 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.3 e 5 - Redução ao valor recuperável de ativos;

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

Em 31.12.2020, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 219 decorrente da realização de investimentos de longo prazo. O equacionamento da capacidade financeira de curto prazo será realizado por Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, bem como captação de recurso junto as instituições financeiras, conforme previsto no plano de negócio.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, nem opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões para litígios e passivos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferido.

3.6 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2020

A partir de 1º.01.2020 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia:

- i. CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para relatório financeiro (Conceptual framework);
- ii. Revisão anual do CPC nº 14/2019: alterações nos pronunciamentos decorrentes da revisão do CPC 00, alteração na definição de negócios no CPC 15 (R1) / IFRS 3 e alteração da definição de materialidade no CPC 26 (IAS 1) e no CPC 23 (IAS 8).
- iii. Revisão anual do CPC nº 15/2020: alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da “reforma da taxa de juros de referência”;

- iv. Revisão anual do CPC nº 16/2020: alterações no Pronunciamento Técnico 06 (R2), referentes a benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

3.7 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir do exercício de 2021, estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- v. Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2”;
- vi. CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- vii. CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- viii. CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- ix. Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2018–2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 37 / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos; CPC 29 / IAS 41 - Agricultura;
- x. Alterações no CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes
- xi. CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4;

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e bancos conta movimento	6	1
	6	1

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

5 Imobilizado

	31.12.2020	31.12.2019
Em curso		
Custo	11.773	-
Total	11.773	-

Em 31.12.2020, os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços para implantação do parque eólico totalizavam R\$ 73.200.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos em 2020.

6 Partes Relacionadas

	31.12.2020	31.12.2019
Passivo circulante - Compartilhamento de estrutura		
Copel Geração e Transmissão S.A	(46)	-
Cutia Empreendimentos Eólicos	(16)	-
	(62)	-

Os saldos em 31.12.2020 referem-se ao contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado entre a Companhia e suas acionistas.

7 Fornecedores e Outras contas a pagar

O saldo com fornecedores refere-se a compra de materiais e serviços contratados para a construção do parque eólico. O saldo de Outras contas a pagar refere-se a cauções em garantia.

8 Outras obrigações fiscais

O saldo refere-se principalmente às obrigações junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Impostos sobre serviços - ISS.

9 Patrimônio Líquido

9.1 Capital Social

O capital social integralizado, em 31.12.2020, é de R\$ 11.636 (R\$ 1 em 31.12.2019), composto por 11.636.497 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A. (99,9%) e à Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (0,1%). O aumento de capital no valor de R\$ 11.635 foi aprovado na 7ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 22.10.2020, por meio da integralização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC realizados durante o exercício.

9.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia tem um saldo de R\$ 265, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, quando da realização de Assembleia Geral Extraordinária.

10 Custos e Despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	31.12.2020	31.12.2019
Pessoal	-	(78)	(78)	-
Administradores	-	(175)	(175)	-
Planos previdenciário e assistencial	-	(4)	(4)	-
Serviços de terceiros	(12)	(9)	(21)	-
Outros custos e despesas operacionais ^(a)	(9)	(60)	(69)	-
	(21)	(326)	(347)	-

(a) do saldo, R\$ 50 refere-se ao pagamento de tarifa de análise de crédito e R\$ 6 taxa de adesão à CCEE

11 Instrumentos Financeiros

11.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE n°	Nível	31.12.2020	
			Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	6	6
Total dos ativos financeiros			6	6
Passivos Financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores (a)	7		124	124
Total dos passivos financeiros			124	124

Nível 1 de hierarquia de valor justo: informações obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Apuração dos valores justos:

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

11.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia, por intermédio de sua Controladora, mantém Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

11.2.1 Risco de liquidez

A Companhia esta exposta principalmente ao risco de liquidez, esse risco é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo total
31.12.2020						
Fornecedores	124	-	-	-	-	124
	124	-	-	-	-	124
31.12.2019						
Fornecedores	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

11.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

12 Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2022	32.480
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel (a)	31.03.2025	7.733

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2020, de R\$ 5,1967. O seguro garantia contratado possui como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

a) Garantia de Fiel Cumprimento

A apólice garante as obrigações assumidas pela Companhia em relação à Autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica Jandaíra II.

13 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

13.1 Transações que não envolvem caixa

O capital social da Companhia apresentou o acréscimo no valor de R\$ 11.635, proveniente da capitalização de créditos até então mantidos na rubrica de “Adiantamentos para futuro aumento de capital”, cujos recebimentos ocorreram ao longo do exercício de 2020.

As aquisições de imobilizado ocorridas em 2020 totalizaram R\$ 11.773. Deste montante, R\$ 98 corresponde ao conjunto de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa.

14 Eventos subsequentes

14.1 Adiantamento para futuro aumento de capital

Até a data desta publicação, a Companhia recebeu R\$ 841 a título de Adiantamento para futuro aumento de capital que será integralizado em 2021.

14.2 Incidente Cibernético

Em janeiro de 2021, a Copel tomou conhecimento de que foi exposta a um incidente cibernético em seu ambiente de tecnologia da informação (“TI”) que interrompeu alguns sistemas e afetou parcialmente as operações administrativas da Companhia. A Copel envolveu os principais especialistas, inclusive externos, em segurança cibernética e controles gerais de TI, lançou um esforço abrangente de contenção e remediação e iniciou uma investigação forense. Nas primeiras semanas de fevereiro de 2021, a Copel havia restabelecido todos os seus sistemas administrativos e retomado suas operações em todos os seus negócios.

O incidente cibernético não teve um impacto significativo no desempenho de receita dos negócios da Companhia relativo ao exercício findo em 31.12.2020, apesar de ter resultado em um pequeno atraso no faturamento nos primeiros dias de fevereiro de 2021 decorrentes de medidas preventivas para identificação do alcance do incidente. A despesa incremental incorrida em decorrência do incidente cibernético não foi material, inclusive não foi identificado provisão a reconhecer em 31.12.2020.

Em 1º.02.2021, com mais compreensão sobre o evento ocorrido, a Copel emitiu Comunicado ao Mercado nº 07/21, informando que parte dos seus sistemas estavam indisponíveis de maneira transitória, exceto os sistemas operacionais, que prestam serviços de fornecimento de energia e de telecomunicações, os quais continuaram operando sem interrupções.

A Copel executou procedimentos extensos para validar a exatidão e a integridade das informações e não foi identificado nenhum acesso ao ambiente computacional que concentra os sistemas ERP e de faturamento da Companhia, bem como em pastas e/ou arquivos com presença de dados pessoais sensíveis, de modo que não há nenhuma indicação de que a exatidão e a integridade das informações financeiras tenham sido afetadas como resultado do incidente.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas da
Jandaíra II Energias Renováveis S.A.
Curitiba- PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Jandaíra II Energias Renováveis S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Jandaíra II Energias Renováveis S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Jandaíra II Energias Renováveis S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que menciona que a Companhia está em fase pré-operacional, dependendo do suporte financeiro de seus acionistas para fazer frente aos compromissos financeiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 14 de abril de 2020 sem modificações.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Jandaíra II Energias Renováveis S.A.** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar **Jandaíra II Energias Renováveis S.A.** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Jandaíra II Energias Renováveis S.A.**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Jandaíra II Energias Renováveis S.A.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações

nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Jandaíra II Energias Renováveis S.A.** a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Curitiba, 12 de abril de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2020 E SOBRE A PROPOSTA DA
DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO
DE 2020

Os membros do Conselho Fiscal da Jandaíra II Energias Renováveis S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e o esclarecimento da diretoria executiva à Assembleia Geral Ordinária da Jandaíra II Energias Renováveis S.A. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor BDO RCS Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 12 de abril de 2021

ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Presidente

EDSON JOSÉ MARCOLIN

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

NILBERTO LANGE JUNIOR

ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO